

3º ENCONTRO CONHECIMENTO E COOPERAÇÃO, Setembro 2015

João Rabaça, *Director Comercial* @ CESO j.rabaca@ceso.pt,

Participação do Sector Privado na Cooperação: Da teoria à prática

Não se pretendendo fazer uma análise exaustiva serão identificados alguns dos principais desafios e sugeridas opções de actuação.

1. Contexto internacional

O tema não é novo. A participação do sector privada (PSP) é advogada por diversas instituições: EU, BM, OCDE, Concord/ Diversas ONG.

No momento em que em Adis Abeba se debate(u) o futuro do financiamento do desenvolvimento (13-16 de Julho) e em Nova Iorque se prepara a adopção da Agenda de Desenvolvimento para o pós-2015 (25-27 Setembro), a participação dos diversos actores - público, privado, sociedade civil, etc., assume particular importância.

Porquê o Sector Privado? Como relativamente a qualquer outro actor, permite mobilizar recursos, não só financeiros, mas humanos e conhecimento.

Esta apresentação pretende lançar algumas bases para o debate que permita à cooperação Portuguesa integrar as conclusões destas cimeiras internacionais, no que diz respeito à Participação do Sector Privado.

2. Contexto Nacional

Em Portugal, desde a “*Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*” (2006) que o sector privado é identificado como parceiro que importa mobilizar.

Desde então foram feitos (por diferentes actores) encontros, seminários, algumas tentativas de projectos e criadas ferramentas. No entanto, os resultados são ainda incipiência.

Partindo da experiência da CESO, propomos que a limitada participação do sector privado em Portugal resulta em parte de dois factores. Por um lado, a ausência de um conceito claro que se traduza no seu adequado espaço/enquadramento político, por outro a ausência de acções concretas que criem condições para esta participação.

Não deve ser o Estado a sustentar esta participação. No entanto, as políticas públicas devem criar o espaço e as condições para alargar o espectro de organizações que participam na promoção dos desígnios nacionais de apoio ao desenvolvimento, reconhecendo que tal se traduzirá também num reforço dos recursos disponíveis - humanos, matérias e financeiros.

3. CONCEITO /ESPAÇO: Quem é o sector privado?

São empresas, mas podem também ser as ONG, as Fundações ou outras instituições que se assumem como prestadores de serviços por exemplo (ex. Universidades e centros de investigação). Veremos exemplos disso de seguida.

Mas se se quer promover a participação deste sector privado há que estabelecer regras de intervenção para cada tipo de organização - regular.

4. CONCEITO /ESPAÇO: Qual a intervenção?

- A. Desenvolvimento do sector Privado nos países parceiros/beneficiários
- B. Prestação de serviços, na persecução directa dos objectivos de desenvolvimento
- C. Fornecimentos de equipamento e realização de obras
- D. Financiamento Privado (Investimento Directo Estrangeiro ou RSE)

O discurso (e acção) actual tem-se **concentrado maioritariamente em B e C**, mas enfocada numa lógica de internacionalização das empresas. Se a internacionalização das empresas pode ser um resultado positivo (a nível nacional) **é questionável que deva ser o enfoque** do debate sobre a PSP na cooperação.

Não negando que a relevância dos restantes, concentremo-nos (por uma questão de tempo) na Prestação de serviços, na persecução directa dos objectivos de desenvolvimento.

5. Exemplos para B)

O que fazem as empresas na Prestação de serviços na persecução dos objectivos de desenvolvimento?

A CESO é uma empresa de consultoria na área do desenvolvimento internacional com mais de 30 anos de experiência, que presta serviços de assistência técnica nos vários domínios do desenvolvimento económico, social e organizacional. Entre os mais de 400 contratos já executados em mais de 100 países, para clientes como a Comissão Europeia, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, Governos Nacionais, entre outros, destacam-se alguns recentes:~

- *Assistência Técnica aos Diálogos Sectoriais Brasil* - União Europeia, que constituem a base de lançamento da parceria entre a EU e um dos seus principais parceiros estratégicos - Brasil - Participação do INA EXPLICAR O QUE FAZEMOS
- *Definição e Implementação do Plano nacional de Formação de Quadro de Angola*, destinado a dotar o país dos recursos humanos necessários a nível nacional para a persecução dos objectivos de desenvolvimento do país
- *Preparação do Projecto de criação de emprego na Mongólia*, um dos pilares de actuação da União Europeia neste país.

6. CONDIÇÕES: O Drama Primeiro emprego

Infelizmente são ainda poucas as empresas (ou até outro tipo de instituições) que participam neste tipo de intervenções, em especial quando comparado com outros países com níveis de APD idênticos aos de Portugal.

A comparação com alguns desses países apontam pistas sobre como tal pode mudar:

- I. O acesso a informação sobre as oportunidades de participação das empresas nos concursos internacionais, é relevante mas não é o facto determinante. Até porque essa informação já está amplamente disponível em vários fontes.
- II. O conhecimento dos processos é também relevante, mas ficar pela informação das oportunidades e o conhecimento dos processos cria algumas “falsas” expectativas.
- III. Um dos principais factores de acesso é a experiência anterior. Os financiadores fazem uma primeira triagem com base na experiência comprovada pelas empresas em acções semelhantes. **Estamos assim perante o bloqueio do primeiro emprego.**
- IV. É exatamente aí que a cooperação portuguesa pode prever um papel importante: **criar as oportunidades/ CONDIÇÕES para que o sector privado adquira essa experiência e assim, não só contribua para o bom desempenho da cooperação, mas também para a constituição de um portfolio de organizações experientes que podem aceder a novas oportunidades (internacionais).**

A termo, aumento do número de organizações que prestação serviços na área do desenvolvimento, contribui para o profissionalismos e, consequentemente, a relevância do sector.

7. Chegar à prática (na cooperação Portuguesa)

Ficam então algumas sugestões de como a PSP pode passar à practica (mais alargada).

- Articular de forma clara e objectiva o que se entende por PSP (criar o ESPAÇO nas politicas públicas):
 - Quem é o SP
 - Quais os objectivos da sua participação
 - Quais as suas regras de intervenção
- Criar as oportunidades/ CONDIÇÕES (dizer algo sobre cada um)
 - Participar nas Definições nos Planos de Cooperação. A exemplo da EU/ BM etc
 - Participar na implementação dos projectos / Assistência Técnicas
 - Participar nas Monitorizações e Avaliações dos projectos
 - Recursos a concursos públicos abertos
- Pros :
 - Mobilização de mais recursos profissionais
 - Competição (melhor qualidade das propostas)

- Maior transparência
- Contras:
 - Maiores custos. É discutível. Desde que sejam definidos orçamentos máximos, as propostas têm os respeitar. O que é contratualizado são acções e metas que podem Mesmo se forem mais altos do que sem o processo fica a questão, e será que com menos custos se tinham de facto atingido os objectivos?

Notas finais:

A Cooperação Portuguesa não tem dinheiro!

- Mesmo com pequenos contratos este modelo é possível. Exemplo: FWC são pequenos mas atingem objectivos significativos.
- Há projectos de grande dimensão a serem executados pela cooperação portuguesa, apenas não passarem pelo processo que se propõe.
- Há custos (elevados) de gestão que são assumidos pela Cooperação Portuguesa (camões) e que podem ser libertados ao alocar aos projectos, deixando assim libertos mais recursos para pensar, definir e avaliar as políticas públicas.

Em suma há que definir um conceito claro e definir regras para o sector privado responder às oportunidades, e modelos comprovados não faltam